

O REAL – NO CONHECIMENTO

WHAT IS REAL – IN KNOWLEDGE

JOSÉ REIS^{1*}

Abstract: There is not anteriority and hence independency of the things in relation to the subject. Because, to affirm them there, already we had to perceive them beforehand. There being no more, under these conditions, the ancient knowing. It is what a new example makes palpable.

Keywords: Real, Knowledge, Image, Perception.

Resumo: Não há a anterioridade e por isso não há a independência das coisas em relação ao sujeito. Porque, para as afirmarmos lá, já tivemos de as perceber antes. Não havendo mais, nestas condições, o antigo conhecer. É o que um novo exemplo faz palpável.

Palavras-chave: Real, Conhecimento, Imagem, Percepção.

Résumé: Il n'y a pas d'antériorité et donc d'indépendance des choses par rapport au sujet. Car, pour les énoncer là, il fallait déjà les comprendre avant. Il n'y a plus, dans ces conditions, les anciennes connaissances. C'est ce qu'un nouvel exemple rend palpable.

Mots-clés: Réel, Connaissance, Image, Perception.

1. O essencial com um exemplo novo

Começemos por este novo exemplo.

Suponhamos que ao lado da nossa casa há ainda um lote vazio. Ora, estando nós longe, porque pensamos que a nossa casa está lá, que continua mesmo sem a percebermos, e que no lote vazio não há nada?

Porque durante as 24 horas do dia eu vou a casa várias vezes e em algumas dessas vezes estou lá horas seguidas. Ora, se lá estou horas seguidas e portanto tenho a percepção continuada (mesmo que não atenta) de que ela

¹ Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras. Email: reis.jose@sapo.pt

* O autor deste artigo segue as normas do antigo acordo ortográfico.

permanece ao menos durante esse tempo, e por outro lado, a qualquer das outras horas a que lá vá, ela lá está sempre, eu começo a pensar que ela está lá sempre mesmo; isto é, que também está no tempo em que lá não vou e portanto não tenho nesse tempo a percepção dela. É exactamente como no caso da pedra abandonada a si própria que cai 1, 2, 3, 4 vezes e eu começo a pensar que ela cai sempre, quer veja ou não isso.

E quanto ao lote vazio, tudo começa em que eu não tenho nenhuma percepção de uma casa lá. Pelo que, pura e simplesmente, não penso qualquer casa lá. — Na verdade, tudo começa sempre, para haver alguma coisa real, com a percepção. Eu até posso pensar, e portanto imaginar (pensar é sempre imaginar), o que me apetecer. Enquanto não houver a percepção disso, isso não existe. Ou melhor, existe sim, mas só ao nível da imaginação, como as personagens de romance ou os fantasmas; não existe ao nível da existência propriamente dita ou real, aquela que naturalmente nos interessa aqui.

E assim – se são precisas primeiro as percepções e depois é preciso o pensamento que, fundado nessas percepções, pensa a existência do respectivo objecto desde que foi constituído até um dia desaparecer (e portanto precisamente também no tempo em que não o percebemos) – aquilo que o realista pensa é um engano. O real, que ele julga *anterior e independente* das percepções e do pensamento, é antes *segundo e dependente* dessas mesmas percepções e do pensamento. Ele na verdade só passa a existir lá quando o pensamento, fundado já em algumas percepções, começa a pensá-lo lá.

Está aqui tudo neste exemplo. Ele diz-nos positivamente como sabemos que as coisas estão lá no tempo em que não são percebidas. E depois diz negativamente que sem as percepções e o pensamento que se funda nelas não há lá nada. Não há precisamente o pretenso ser anterior e por isso independente de ser percebido e pensado que o realista julga. — E ainda nos leva a compreender a razão pela qual o realista perde essas percepções e esse pensamento originais. Tal acontece porque o pensamento que refere lá as coisas durante o tempo em que não são percebidas as refere precisamente como *não percebidas* (porque é o que está a afirmar) e portanto, de uma penada, fica com as *puras* coisas, as coisas que estão lá como anteriores e independentes de serem percebidas e depois pensadas. Quer dizer: o realista está como nós sobre as percepções e o pensamento originais, mas originalmente perde-os e fica só com as puras coisas. Exactamente como nós a rodar com a Terra ocasionamos (mas sem o saber) o ilusório movimento do Sol à volta da Terra. Se, como aconteceu relativamente a este movimento, virmos realmente o que se passa, o real, que ele julga anterior e independente das percepções e do pensamento, é ao contrário, como dissemos, verdadeiramente *segundo e dependente* dessas mesmas percepções e do pensamento. Tal real só passa a existir (repitamo-lo – e como o lote vazio o ilustra bem) quando o pensamento, fundado já em algumas percepções, começa a pensá-lo lá.

Mas como pode isto ser, dirão logo, como pode o real ser segundo e dependente, se a Terra e o Sol e todo o Universo já existem há muitíssimo tempo antes de o homem sequer ter aparecido?

Em primeiro lugar só existem como passado, em relação a esse pensamento que os pensa. Ou seja, o homem refere-se sempre a eles só como passado, não como algo que nós pudéssemos ter presenciado. E depois porque só quando na Modernidade (após os 6.000 anos necessários já para as gerações relatadas na Bíblia) se calculou o tempo necessário para a erosão da água e do vento ter produzido o grau de salinidade do mar e as quantidades quer de areias quer de lamas e de lodos que observamos, a Terra começou a ter mil milhões de anos. Tempo que se alargou, com a descoberta do decaimento do urânio, sucessivamente aos 2, aos 3,8 e finalmente (com o estudo dos meteoritos) aos 4,6 mil milhões de anos. E se alargou, para o Universo todo, com a observação do afastamento das galáxias, até aos (parece que é hoje o número que se avança) 13,7 mil milhões de anos.

Foram estes fenómenos observados ou, o que é o mesmo, estas *percepções*, que nos levaram a *pensar*, sucessivamente para trás, tudo o que aconteceu nesse passado.

Antes disso, havia lá alguma coisa? O realista, decerto, dirá que sim. E que tanto a havia que depois se descobriu. Só que ele esquece que já está no *depois* dessa descoberta, descoberta que foi antes a sua constituição pelo pensamento fundado nas percepções, como rapidamente o evocámos. Antes destas percepções e do respectivo pensamento as coisas estavam lá tanto (deve agora ser o nosso termo de comparação) como a casa está no lote vazio. Se se vê bem o caso do exemplo, vê-se que nele está realmente tudo. Só há assim a casa – e qualquer objecto – a partir das respectivas percepções e do consequente pensamento. — Aliás, não o deixemos de acrescentar, nós (incluindo os realistas) dizemos que as coisas estão lá. Temos de saber porque o dizemos. E é exactamente pelo que se diz no exemplo.

2. O ver e a imagem

Mas, insistirá o realista – os hábitos são avassaladores –, se é preciso começar pelas percepções que fundam depois o pensamento, a própria estrutura destas percepções não implica o real anterior e independente delas? Pois a percepção não é: *ver através da imagem dessas coisas em nós* essas mesmas coisas, que assim têm de lá estar precisamente como anteriores e independentes?

Não vamos desenvolver este problema – que é agora o do *ver* e o da *imagem* das coisas em nós –, porque o nosso objectivo aqui não é repetir-nos em relação a *O Real* mas só acrescentar um ou outro ponto novo. Aqui, assim, enunciaremos apenas os principais passos da análise.

Comecemos pela imagem. E digamos logo que ela é impossível e inútil. Impossível porque, se é realmente *através* dela que vemos a coisa-alvo, então nós deslocamos de algum modo essa imagem de nós para essa coisa-alvo, e não é esta própria coisa-alvo em pessoa que vemos mas, embora qualitativamente idêntica, um duplo dela. — Só não seria assim se a imagem fosse completamente transparente, pois nesse caso poderíamos ver essa imagem e, ao mesmo tempo, a coisa-alvo. Mas, se fosse completamente transparente, não veríamos nada dela e seria *directamente* que veríamos a coisa, sendo neste caso inútil a suposta mediação. Parece que é assim, que há a imagem e a sua mediação, porque, tendo sido afirmada pelos motivos que já vamos averiguar, nunca ninguém a viu: toda a gente a afirma mas, em vez de efectivamente a vermos para sabermos ao certo como tudo se passa, ela é só suposta, ou seja, dizemos as respectivas palavras e não passamos disso, de modo que assim pode desempenhar as funções que lhe atribuímos; se agarrarmos nessas palavras, e levarmos a sério o que dizem, a mediação revela-se justamente impossível e inútil. — Só a mediação de que fala Aristóteles no seu tratadinho *Da memória e da reminiscência*, cap. 1, parece possível. Pois por exemplo a pintura na parede lembra-nos de facto imediatamente, em virtude da identidade entre as duas figuras, o animal outrora percebido. Mas não há nisto nenhuma mediação-constituição, antes só precisamente a consideração da relação de identidade entre as duas figuras, a cada uma das quais chegamos directamente, e portanto rigorosamente sem nenhuma mediação.

O referido nascimento da imagem em nós deu-se na imaginação dos ouvintes, ao escutarem os contadores de histórias. Pois os ouvintes com efeito, não vendo em torno do contador nada das coisas de que ele fala, imaginam que elas de algum modo entraram no seu corpo aquando da respectiva percepção, onde então as transporta e vê para as poder contar. — E já antes disto – devemos acrescentá-lo ao que costumamos dizer – havia a experiência da aprendizagem de toda a gente e em todos os domínios, na qual, pela volta repetida às percepções de que se parte, acabamos sucessivamente por as interiorizar a todas, ao ponto de que já nem é preciso voltar mais a essas percepções; aprender ficou assim a ser *receber* em nós e *carregar* (nós que somos antes de mais o nosso corpo) os conhecimentos necessários para as diversas situações. O que dá como resultado, como efeito do primeiro e já

antes sobretudo do segundo motivo, que *aí temos desde sempre para a humanidade* as imagens das coisas em nós.

Isto é tanto assim, há tanto a realidade desta tradição das imagens em nós, que por exemplo em Aristóteles ela lhe salta literalmente ao discurso no seu conhecido texto do tratado *Da Alma*, III, 2, em que ele apresenta o conhecimento como, segundo a expressão dos comentadores, o «acto comum», ou seja, na minha explicitação, como o «acto composto por dois actos». Pois com efeito ele começa aí por dizer² que «O acto do sensível e o acto do sentido são um só e mesmo acto, ainda que a sua quididade não seja a mesma. Tomo como exemplo, continua, o som em acto e o ouvido em acto, posto que é possível que aquele que possui o ouvido não ouça e que o que tem o som não ressoe sempre. Mas quando passa ao acto aquele que está em potência de ouvir, e ressoa o que está em potência de ressoar, nesse momento produzem-se simultaneamente o ouvido em acto e o som em acto, que se poderiam chamar respectivamente a audição e a ressonância». Notemos que Aristóteles, até aqui, está exclusivamente no plano objectivo da realidade, porque o acto do som se liga ao próprio objecto que o produz, ao passar de não ressoar a ressoar (o que naturalmente não acontece com a imagem em nós do som, que é só um reflexo desse som já produzido). E portanto, justamente até aqui, não há imagem alguma, antes só há o ouvir de cá e o som de lá na própria realidade a compor o «acto composto por dois actos» ou «comum». — Mas logo a seguir³ ele põe o problema de saber «onde residem esse som e esse ouvido em acto» que compõem o acto único, e responde que (justamente também o som) «no ouvido em potência», ou seja, o som também reside agora, tal como o ouvido ou audição, no sujeito. E assim passámos do som real lá fora, que era até aqui o único som que havia, para também a sua imagem no sujeito, onde agora residem os dois actos do acto comum. Eis precisamente a imagem da tradição da humanidade a impor-se-lhe, a ponto de que é ela agora a primeira frente ao som real lá fora. É certo que a sua argumentação lança mão aqui da sua teoria geral de que «é no paciente que o acto do agente se produz». Mas não é só nem principalmente disto que se trata. Se em geral o acto se produz no paciente, no caso do conhecimento – no caso do conhecimento da primeira parte do texto –, posto que se trata então do som real, o acto produz-se na *relação* entre o ouvir de cá e o som de lá no sítio mesmo onde existe e onde nós efectivamente o ouvimos. Se acaba por não ser assim, é precisamente porque a tradição da imagem em nós se lhe intromete no discurso e, posto que essa imagem se situa em nós, pode aí mesmo compor o acto comum, segundo a teoria geral da mudança. Ainda que só pois desta maneira indirecta, Aristóteles acaba bem por referir essa imemorial tradição

² 425 b 25 - 426 a 1.

³ 426 a 2-5.

das imagens em nós. — Ele que por outro lado poderia ser tentado a pensar a existência dessas imagens só a partir do estabelecimento da sua necessidade por si efectuado. No seu tratadinho *Da memória e da reminiscência*, já referido, ele considera com efeito que uma qualquer percepção passada que queiramos lembrar agora existiu sim nesse seu momento passado, mas depois, volvido esse tempo e sendo substituída pela sequência das percepções que se lhe seguiram, não existiu mais. Pelo que, se queremos chegar agora à sua lembrança, se não tivermos guardado a sua imagem em nós não o poderemos fazer. Daí a necessidade da imagem desse passado em nós, para termos a memória. E porque a descoberta desta necessidade trouxe decerto às imagens guardadas em nós uma certeza e por isso uma densidade de ser que antes não tinham, pode mesmo tender-se para pensar que o verdadeiro início das imagens foi este momento da descoberta dessa necessidade. E talvez que o próprio Aristóteles tenha tido também um pouco este sentimento. Mas pelo menos nunca o afirma em detrimento daquela primeira tradição em que desde sempre viveu a humanidade, antes limita-se a descobrir e a apresentar essa dita necessidade.

Necessidade, e vamos terminar, que afinal é um equívoco. Porque a memória, a memória que todos executamos, é ver a própria percepção passada em pessoa e lá no tempo em que existiu, não um seu duplo e não se sabe bem onde. Vemos pois a própria percepção passada, mas não, é claro, como presente: isso só no seu tempo. Antes através dos nada dela paralelos às percepções que se lhe seguiram até hoje. Através destes nada, vamos até à percepção passada e justamente vemo-la, a ela mesma, mas desta nossa situação actual e em consequência, em virtude da acumulação de nada, com o respectivo apagamento, que pode chegar a ser total. É isto a efectiva memória que temos, sem a necessidade, e a impossibilidade, de qualquer imagem em nós. — E o que acontece ao nível da memória, cuja mediação se estendeu depois à própria percepção, acontece também naturalmente nesta. Não sendo possível nenhuma mediação, nós vemos directamente todas as coisas, o lembrado e a coisa-alvo da percepção, e é tudo.

E falta-nos enfim, depois da imagem, o ver. O *puro* ver, porque acabamos de concluir que não há no sujeito imagem alguma. E a este respeito o que sucedeu foi o seguinte. Como o real do realista era completamente independente do sujeito e por isso «não era» em absoluto «para nós», era preciso que ele à nossa custa de alguma maneira se tornasse em «para nós». E a experiência da iluminação sensível abriu-nos o caminho. Pois, se a luz física, acendida num quarto às escuras, fazia ver as coisas que lá estavam, mas antes

não se viam, então nós éramos, a essa imagem e semelhança, uma luz espiritual que se acendia sobre o mundo e precisamente o fazia «para nós». — Só que, e começam as impossibilidades, a luz física é um objecto, que assim em vez de ver precisa de ser vista. E a espiritual (se continua a ser luz, mesmo que sublimada: se não continua, então estamos a enganar-nos com palavras) continua igualmente a ser um objecto e, portanto, a precisar exactamente como a primeira, em vez de ver, de ser vista. Resultado: o que acontece é que não é possível transformar o absolutamente «não para nós» do realismo em «para nós». O que enfim também não é afinal preciso, porque não há tal absoluto «não para nós», uma vez que o real já é sempre do sujeito e, portanto, de algum modo «para nós», como o exemplo por onde começámos magnificamente o revela: ele começa enquanto as iniciais percepções e depois estende-se ao simplesmente pensado lá, com a sua respectiva duração. Assim há propriamente dois tempos: o tempo dos actos, também e mesmo antes de mais com a sua duração própria (ainda que às vezes extremamente curta), que é propriamente o tempo do sujeito; e o tempo do que é pensado lá, às vezes com uma enorme duração, que é o tempo objectivo, e que, em virtude do nosso interesse por ele, quase faz esquecer o primeiro. Mas como não nos queremos repetir, pode ver-se n' *O Real* um resumo no cap. 17.3.1-3.

Bibliografia

Reis, José. *O real. Na causalidade, conhecimento, ética e religião*. Porto: Edições Afrontamento, 2023.

